

HABEAS CORPUS Nº 546.967 - SP (2019/0349319-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ADRIANO ROBERTO COSTA
ADVOGADO : ADRIANO ROBERTO COSTA - SP233286
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IVAN CATUREBA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IVAN CATUREBA DE SOUZA, no qual aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no julgamento do HC n. 2224094-33.2019.8.26.0000, com a seguinte ementa (e-STJ fls. 13-17):

Habeas Corpus – Homicídio simples tentado – Pretensão pelo relaxamento da prisão em flagrante – Alegação de que a prisão do réu se deu fora das situações descritas no artigo 302 do Código de Processo Penal – Inadmissibilidade – Questão superada pela conversão da prisão em flagrante em preventiva, fundamentadamente – Superveniência, ademais, de decisão de pronúncia, com denegação do direito de recorrer em liberdade – Custódia cautelar que subsiste sob novo título. Ordem denegada.

Noticiam os autos que o paciente se encontra preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado nos arts. 121 c/c o art. 14, II, todos do Código Penal (e-STJ fls. 103-105).

Segundo a impetração, o paciente sofreria constrangimento ilegal, em resumo, porque foi preso em flagrante 17 horas após o delito, o que violaria o art. 302 do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 39-47). Apesar disso, acrescenta, na audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 34-35).

Requer a concessão de liminar para que a segregação seja relaxada. No mérito, a concessão da ordem, com a confirmação da liminar, expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 16-17, destaques acrescidos):

[...]

Cumpre registrar, de início, que a douta Autoridade

Judiciária impetrada, após concluir pela regularidade do auto de prisão em flagrante, houve por bem decretar a prisão preventiva do paciente, em face da reincidência deste na prática de crime com violência contra a pessoa e da gravidade dos fatos, demonstrando concretamente a necessidade da custódia cautelar, para a garantia da ordem pública, em conformidade com o disposto nos artigos 310, inciso II, 312 e 313 do Código de Processo Penal.

Ademais, sobreveio a decisão de pronúncia, negando ao paciente o direito de recurso em liberdade, porque inalterados os motivos ensejadores da prisão cautelar, em conformidade com o artigo 413, § 3º, do Código de Processo Penal.

A propósito, importa anotar que, com a conversão da prisão em flagrante em preventiva, fica superada a alegação de ilegalidade do flagrante, sobretudo porque, com isso, a custódia cautelar passa a vigorar sob novo título.

Aliás, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que a "discussão acerca da nulidade da prisão em flagrante fica superada com a conversão do flagrante em prisão preventiva, haja vista a formação de novo título a embasar a custódia cautelar" (RHC 96.710/CE, Sexta Turma, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJe 2/8/2018).

Vale lembrar, ainda, que o juiz, em até 24 horas após a efetiva prisão, deverá receber o auto de prisão em flagrante (art. 306, § 1º, C.P.P.) e decidir entre o relaxamento, a conversão em preventiva (fundamentadamente) ou a concessão da liberdade provisória (CPP, art. 310), de modo que a prisão precautelar desaparece exatamente no momento em que o Magistrado adota qualquer uma das medidas anteditas.

[...]

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator